PROVIMENTO Nº 410/2023

Altera e revoga dispositivos do [Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça nº 355](#), de 18 de abril de 2018, o qual “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”.

O CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e XIV do art. 32 do [Regimento Interno do Tribunal de Justiça](#), aprovado pela [Resolução do Tribunal Pleno nº 3](#), de 26 de julho de 2012,

CONSIDERANDO que a [Resolução do Conselho Nacional de Justiça - CNJ nº 469](#), de 31 de agosto de 2022, “estabelece diretrizes e normas sobre a digitalização de documentos judiciais e administrativos e de gestão de documentos digitalizados do Poder Judiciário”;

CONSIDERANDO o [Provimento nº 355](#), de 18 de abril de 2018, que “institui o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais - CGJ, que regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos referentes aos serviços judiciários da Primeira Instância do Estado de Minas Gerais”;

CONSIDERANDO a necessidade de se adequar o [Provimento nº 355](#), de 2018, às diretrizes e normas estabelecidas pelo CNJ sobre a digitalização de documentos judiciais e gestão de documentos digitalizados, nos termos da [Resolução nº 469](#), de 2022;

CONSIDERANDO o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 da Agenda 2030 das Nações Unidas, que visa “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”;

CONSIDERANDO a decisão exarada pelo Comitê de Assessoramento e Deliberação da Corregedoria em reunião realizada em 2 de junho de 2023;

CONSIDERANDO o que ficou consignado no processo do Sistema Eletrônico de Informações - SEI nº 0677508-67.2022.8.13.0000,

PROVÊ:

Art. 1º O art. 78 e o § 3º do art. 120 do [Provimento nº 355](#), de 18 de abril de 2018, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 78. Para o disposto neste Provimento, consideram-se:

I - processo eletrônico: conjunto de arquivos eletrônicos correspondentes às peças, aos documentos e aos atos processuais que tramitam por meio eletrônico;

II - assinatura digital: resumo matemático computacionalmente calculado a partir do uso de chave privada e que pode ser verificado com o uso de chave pública, estando o detentor do par de chaves certificado na Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP - Brasil, na forma da legislação específica;

III - autos do processo eletrônico ou autos digitais: conjunto de metadados e documentos eletrônicos correspondentes a todos os atos, termos e informações do processo;

IV - digitalização: processo de reprodução ou conversão de fato ou coisa produzida originalmente em meio não digital para o formato digital;

V - documento digital: informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser nato-digital ou digitalizado;

VI - documento digitalizado: representante digital resultante do procedimento de digitalização do documento físico associado a seus metadados, sendo adotada a digitalização em preto e branco como padrão, ressalvada a captura de fotos coloridas;

VII - documento nato-digital: aquele criado originariamente em meio eletrônico;

VIII - classificação: organização física e/ou lógica dos documentos de acordo com um plano de classificação;

IX - indexação: método pelo qual documentos ou seu conteúdo são representados por termos, palavras-chave ou descritores, propiciando a recuperação da informação;

X - metadado: dado estruturado, que permite classificar, descrever e gerenciar documentos e processos;

XI - meio eletrônico: ambiente de armazenamento ou tráfego de informações digitais;

XII - transmissão eletrônica: toda forma de comunicação à distância com a utilização de redes de comunicação, preferencialmente, a rede mundial de computadores;

XIII - usuários internos: magistrados, juízes leigos, no âmbito de sua atuação, e servidores do TJMG, bem como outros a que se reconhecer acesso às funcionalidades internas do sistema;

XIV - usuários externos: todos os demais usuários a que se reconhecer acesso às funcionalidades do sistema por acesso direto ou interoperabilidade, partícipes ou não da relação processual;

XV - manutenção programada: trabalho de reparação que envolva ajustes ou evoluções nos sistemas tecnológicos;

XVI - manutenção emergencial: intervenção para reparação na infraestrutura tecnológica de equipamentos e ou de sistemas que estejam em falha;

XVII - interoperabilidade: capacidade de sistemas informatizados das instituições componentes do Sistema de Justiça de interagirem, com segurança e eficiência, por meio do intercâmbio de dados e arquivos, utilizando o Modelo Nacional de Interoperabilidade - MNI.

[...]

Art. 120. [...]

[...]

§ 3º Em caso de arquivamento na secretaria da unidade judiciária, transitada em julgado a sentença, os documentos físicos serão remetidos ao arquivo, com o registro cabível, aplicando-se a mesma temporalidade e destinação dos autos principais.”.

Art. 2º Fica revogado o § 4º do art. 120 do [Provimento nº 355](#), de 2018.

Art. 3º Este Provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 5 de junho de 2023.

Desembargador **LUIZ CARLOS DE AZEVEDO CORRÊA JUNIOR**
Corregedor-Geral de Justiça